ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanços Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados / Resultado Abrangente	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9

COKINOS
AUDITORES E CONSULTORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo" em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Imobilizado: Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, o "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo" recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, o "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo" não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192
Vila Mariana - São Paulo, SP
04011-002
☎ (0xx11) 5085-0280
www.cokinos.com.br

relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 8.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192
Vila Mariana - São Paulo, SP
04011-002
☎ (0xx11) 5085-0280
www.cokinos.com.br

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

Cokinos e Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

EDSON JOSÉ DA SILVA
Contador
CRC-1SP251.112/O-9
CNAI nº 2211

Rua Estela, 515 Bloco F Conj. 192
Vila Mariana - São Paulo, SP
04011-002
☎ (0xx11) 5085-0280
www.cokinos.com.br

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
BALANÇO PATRIMONIAL
Em reais

ATIVO	N.E	2017	2016
Circulante		**6.285.930**	**7.846.006**
Caixa e equivalentes de caixa		-	-
Recursos vinculados a projetos	(04)	5.982.234	7.645.079
Adiantamentos diversos	(05)	126.267	83.203
Despesas antecipadas		21.102	21.760
Estoques	(07)	156.326	95.965
Não Circulante		**1.903.856**	**2.243.473**
Permanente		**1.903.856**	**2.243.473**
Imobilizado	(06)	1.903.856	2.243.473
TOTAL DO ATIVO		**8.189.786**	**10.089.479**

PASSIVO	N.E	2017	2016
Circulante		**6.285.930**	**7.846.006**
Projetos	(08)	1.216.483	3.012.462
Fornecedores		26.645	20.654
Encargos sociais	(09)	51.354	52.549
Férias e encargos a pagar		654.656	605.261
Contas a pagar		4.467	5.488
Provisão para contingências	(12)	66.460	260.224
Fundos de Reserva e Contingências	(11)	4.265.864	3.889.368
Não Circulante		**1.903.856**	**2.243.473**
Exigível a Longo Prazo		**1.903.856**	**2.243.473**
Provisão para contingências	(12)	-	-
Rec. aplic. ativos permanentes	(10)	1.903.856	2.243.473
Patrimônio Líquido	(15)	-	-
TOTAL DO PASSIVO		**8.189.786**	**10.089.479**

Rosana Ghedin
Diretora Presidente

Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	2017 TOTAL	2016 TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		**27.938.374**	**26.343.845**
Receitas operacionais		**27.402.538**	**25.813.048**
Recursos do contrato de gestão	(15)	27.402.538	25.813.048
Outras receitas operacionais		**535.836**	**530.798**
Receitas financeiras		96	-
Depreciação		535.740	530.798
DESPESAS OPERACIONAIS		**(27.938.374)**	**(26.343.845)**
Despesas operacionais		**(27.938.374)**	**(26.343.845)**
Despesas com pessoal		(16.958.235)	(15.774.116)
Despesas com encargos sociais		(5.744.210)	(5.371.844)
Despesas administrativas		(2.454.589)	(2.156.819)
Depreciação		(535.740)	(530.798)
Serviços Prestados por Terceiros		(2.169.768)	(2.437.466)
Impostos e Taxas		(75.832)	(72.803)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		-	-

Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	2017	2016
Patrimônio líquido		
No início do exercício	-	-
Resultado do exercício	-	-
No final do exercício	-	-

Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	2017 TOTAL	2016 TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	**27.938.278**	**26.343.845**
Receitas do projeto	27.402.538	25.813.048
Depreciação	535.740	530.798
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**4.624.357**	**4.594.285**
Serviço de terceiros e outros	2.169.767	2.437.466
Despesas administrativas e gerais	2.454.589	2.156.819
VALOR ADICIONADO BRUTO	**23.313.921**	**21.749.560**
RETENÇÕES	**535.740**	**530.798**
Depreciação	535.740	530.798
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**22.778.181**	**21.218.763**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**96**	**-**
Receitas financeiras	96	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**22.778.277**	**21.218.763**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**22.778.277**	**21.218.763**
Pessoal e encargos	22.702.445	21.145.960
Impostos, taxas e contribuições	75.832	72.803
Superávit (Déficit) do exercício	-	-

Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Projeto Guri" na Capital e Grande São Paulo
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	-	-
Depreciação e amortização	535.740	530.798
Ajuste de Depreciação	-	(17.540)
Provisão para contingências	(193.764)	46.079
Resultado ajustado	**341.976**	**559.337**
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	1.662.845	(2.821.040)
Adiantamentos diversos	(43.064)	(23.716)
Outras contas a receber	658	7.374.356
Estoques	(60.361)	(95.965)
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(1.795.979)	(8.483.127)
Fornecedores	5.991	17.410
Salários, férias e encargos sociais	48.200	101.222
Outras contas a pagar	(1.021)	(4.587)
Fundos de Reserva e Contingência	376.496	3.889.368
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**535.742**	**513.258**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(212.421)	(141.722)
Baixas do ativo imobilizado	16.297	2.224
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(196.124)**	**(139.498)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(339.617)	(373.760)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	**(339.617)**	**(373.760)**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-

Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

"Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17 de outubro de 2012 foi firmado contrato de gestão (nº 02/2013), através do Processo SC/143340/2012, com a Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, tendo como objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, das atividades na área cultural, do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, por mais quatro anos e meio contados a partir de janeiro de 2013.

O Projeto Guri é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo na área de música que surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos programas mais bem sucedidos na área sócio-cultural. O Projeto Guri ressalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura celebrou um Contrato de Gestão com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, no inicio com apenas oito pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 pólos distribuídos na Grande São Paulo.

Em 29 de dezembro de 2017, foi assinado nº 04/2017 (Processo SC/1344496/2017), com o objetivo de operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, com vigência de 01/01/2018 a 31/12/2022.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são

reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e dos fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.

- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.

- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante.

Em consequencia à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

c. *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. *Intangíveis*

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. *Redução ao valor recuperável*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Banco conta movimento	32	(3.583)
Aplicações financeiras	5.982.202	7.648.662
	5.982.234	7.645.079

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Adiantamentos diversos

	2017	2016
Adiantamento de férias	124.290	77.249
Outros	1.977	5.954
	126.267	83.203

6 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	35.258	(20.730)	14.528	18.054
Equipamentos	10%	255.673	(146.275)	109.398	125.380
Móveis e Utensílios	10%	457.159	(338.128)	119.031	167.217
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos Musicais	10%	4.220.080	(2.658.657)	1.560.893	1.787.127
Ferramentas	10%	385	(197)	188	227
Computadores e Periféricos	20%	305.445	(206.576)	99.399	143.374
Telefone	10%	16.750	(16.331)	419	2.094
Sub-total		**5.655.443**	**(3.751.586)**	**1.903.856**	**2.243.473**
Imobilizado em Andamento		-	-	-	-
Total		**5.655.443**	**(3.751.586)**	**1.903.856**	**2.243.473**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldos no início do exercício	**2.243.473**	**2.617.233**
Adições		
Instalações	-	-
Equipamentos	10.517	-
Móveis e Utensílios	-	-
Veículos	-	-
Instrumentos Musicais	187.093	141.722
Ferramentas	-	-
Computadores e Periféricos	14.810	-
Baixas líquidas	(16.297)	(2.224)
Ajuste Depreciações	-	17.540
Depreciações	(535.740)	(530.798)
Saldos no fim do exercício	**1.903.856**	**2.243.473**

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando a partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação.

Transferência dos pólos - Em 2010 foi estabelecida pela Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, a transferência para a Associação Santa Marcelina de 35 Polos gerenciados pela Associação Amigos do Projeto Guri. A Associação Santa Marcelina ainda aguarda a avaliação e a documentação detalhada dos bens transferidos pela SEC, evidenciando suas condições de uso e atribuição de valores.

Em 2014, a Associação contratou empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil. O prazo para a conclusão dos trabalhos estava inicialmente previsto para 2015, mas foi estendido até 2016.

7 Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2017	2016
Material de escritório	28.427	52.862
Suprimentos musicais	101.597	7.000
Demais estoques	26.302	36.103
Total	**156.326**	**95.965**

8 Projeto a executar

	2017	2016
Projeto a executar	1.216.483	3.012.462

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

	2017									
	Saldo Anterior	Fundo de Reserva	Fundo de Contingências	Valores recebidos	Valores Á receber	Rendimentos Financeiros	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba/reclassificação	Valor residual
Contrato de Gestão - Programa Guri (02/2013) (a)	2.976.930	-	-	25.597.849	-	215.831	(27.402.538)	(212.421)	-	1.175.651
Outros recursos	35.532	-	-	5.300	-	-	-	-	-	40.832
	3.012.462	-	-	25.603.149	-	215.831	(27.402.538)	(212.421)	-	1.216.483

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Valores a receber – Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origens as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisiçao de bens integrantes do ativo imobilizado.

Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2017 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

(a) Contrato de Gestão– Projeto Guri (02/2013)

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina firmaram contrato de gestão, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão n° 02/2013 em janeiro de 2013.

O Programa de Trabalho do Contrato de Gestão 02/2013, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação, Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R$ 119.982.447 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R$ 25.597.849 em 2017.

De acordo com o Contrato de Gestão os recursos financeiros repassados à Associação deverão ser por esta aplicados no mercado financeiro, e os resultados das aplicações revertam-se, exclusivamente, ao cumprimento dos objetivos do contrato.

Em 2017 o Projeto Guri teve 46 polos em funcionamento até 31 de dezembro de 2017 e ofereceu 18.266 vagas, sendo atendidos ao longo do ano 19.835.

9 Salários e encargos sociais a pagar

	2017	2016
INSS a recolher	51.130	49.099
Outros	224	3.450
	51.354	52.549

10 Recursos aplicados em ativos permanentes

2017	2016
1.903.856	2.243.473

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangivel são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 7 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.243.473**
Adição de imobilizado (nota explicativa 7)	212.421
Custo residual baixado de imobilizado	(16.297)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 7)	(535.740)
Ajuste de depreciação	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.903.856**

11 Fundos

Referem-se a valores de recursos de projetos, reclassificados para este grupo neste exercício de 2017 para melhor evidenciação.

		2017	2016
Fundo de Reserva	(a)	2.023.300	1.849.541
Fundo de Contingências	(b)	2.242.564	2.039.827
		4.265.864	3.899.368

(a) Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6 %, foi depositado pela Organização Social em conta corrente específica de sua titularidade, constituido para o fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da CONTRATANTE, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela CONTRATADA do plano de restituição dos respectivos valores do fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da CONTRATADA.

(b) Nos termos da norma inserta no Decreto Estadual nº 54.340, de 15 de maio de 2009, a CONTRATADA depositou na conta bancária específica, o montante de R$1.681.977,25 (um milhão e seiscentos e oitenta e um mil e novecentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos):

(b.1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata esta alínea "b";

(b.2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere esta alínea "b" e subitens somente poderão ser utilizados por deliberações de ¾ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA, e do Secretário de Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência;

(b.3) Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere esta alínea "b" será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

12 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2017	2016
Contingências trabalhistas	66.460	260.224

	2016	2017		
	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	260.224	41.783	(235.547)	66.460

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R$ 98.553 em 2017, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no brasil não requerem sua contabilização.

13 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados.

14 Patrimônio líquido

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

15 Recursos de contrato de gestão

	2017	2016
Projeto Guri (02/2013)	27.402.538	25.813.048
	27.402.538	25.813.048

16 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e reponsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

Rosane Ghedin
Diretora Presidente

Luis Roberto Teles
CRC/SP 182786/O-8